CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE N° 2922/90

INTERESSADA : LUIZA GUARISE RISKALLAH

ASSUNTO : Requer expedição de certificado de conclusão de 2° grau.

RELATOR : CONS° EDUARDO STORÓPOLI

PARECER CEE N° 867/90 APROVADO 24/10/90

CONSELHO PLENO

1. HISTÓRICO:

Luíza Guarise Riskallah, RG. n° 2.752.639/SP, solicita que o CEE autorize o Departamento de Recursos Humanos da Secretaria da Educação a expedir o certificado de conclusão de 2° grau, para fins de prosseguimento de estudos e continuidade de sua vida profissional.

Com base na informação ETES n° 181/90, adotada neste Parecer, a solicitante informa que:

1.2 em 1989 matriculou-se no ensino supletivo de 2° grau em Escola da rede particular, onde concluiu o 1° termo do Curso Supletivo em Nível de 2° Grau;

1.3 devido a sua idade e urgência de tempo, inscreveu-se para prestar exames supletivos em todas as disciplinas do currículo do 2° grau do Estado de São Paulo, no Rio de Janeiro;

1.4 foi aprovada em todas as disciplinas, mas não conseguiu expedição do certificado de conclusão do 2° grau, por não ter eliminado OSPB integrante do currículo de 2° grau daquele Estado;

1.5. fundamentando-se na Resolução CFE 06/86 e no Parecer CEE n° 1228/89, solicita a expedição do referido certificado.

O Sr. Presidente do CEE encaminhou os autos para apreciação do Centro de Exames Supletivos da Secretaria de Educação, tendo em vista o Parecer CEE n° 1228/39. O Centro de Exames Supletivos, após análise dos autos, entendeu que a situação da interessada não era análoga ao tratado no referido Parecer e restituiu os autos para apreciação deste Colegiado.

2. APRECIÇÃO:

Versam os autos sobre pedido de autorização para que o Departamento de Recursos Humanos da Secretaria da Educação possa expedir o Certificado de conclusão de 2° grau à Luíza Guarise Riskal_

lah, RG. 2.752.639/SP.

O Parecer CEE 1228/89, no qual se fundamenta a interessada, autorizou o Centro de Exames Supletivos do Departamento de Recursos Humanos da SEE de São Paulo para expedição de certificados aqueles que iniciaram o processo de eliminação de disciplinas em nosso Estado e terminaram em outros Estados e que diz em sua Conclusão "casos análogos podem ser resolvidos pelo mesmo órgão, observando-se as" recomendações contidas no presente Parecer".

Tendo em vista que a interessada não se submeteu a nenhum exame em São Paulo, tendo cursado o 1º termo do Curso Supletivo de 2º Grau em Escola da rede particular, neste Estado, não tendo igualmente cursado OSPB, cabe razão ao Centro de Exames Supletivos SEE de São Paulo, quanto à inaplicabilidade por analogia do Parecer CEM 1223/39.

Em face do exposto a interessada devera:

-ou efetuar matrícula numa Escola que mantenha Ensino Supletivo em nível de 2º Grau e cursar somente OSPB, se integrante do currículo, e pedir dispensa das disciplinas já eliminadas em outro Estado, com fundamento no artigo 10 da Deliberação CEE 23/83, que dispõe:

"Artigo 10 - Para a matrícula nos Cursos de Suplência, de que tratam os artigos 8º e 9º desta Deliberação, admitir-se-á o aproveitamento de estudos realizados no 1º ou 2º grau de ensino regular ou supletivo ou evidenciados mediante aprovação em disciplinas dos Exames Supletivos, respeitados os limites mínimos de idade, requeridos para cada curso e respectivos termos.

Parágrafo Único - A critério da escola, o aproveitamento de estudos referidos no "caput" deste artigo pode dispensar o candidato do estudo dos componentes curriculares em que foi aprovado, cursando apenas aqueles que faltarem para completar o currículo pleno";

-ou retornar ao Estado do Rio de Janeiro para eliminar a referida disciplina e, assim, obter o certificado de conclusão do 2º grau.

Este é o voto Relator, adotando "in totum" a manifestação da Assistência Técnica deste Conselho.

3. CONCLUSÃO:

Nos termos deste Parecer, indefere-se o pedido formu

lado por Luiza Guarise Riskallah, não se aplicando ao caso o Parecer CEE n° 1228/89.

São Paulo, CESG, aos 10 de outubro de 1990.

a) CONS° EDUARDO STOROPOLI

RELATOR

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 24 de Outubro de 1990

a) Cons° João Gualberto de Carvalho Meneses

Presidente